



INFORMATIVO

NOVEMBRO | 2019

podemos

CÂMARA

**DEPUTADO
RICARDO
TEOBALDO
VISITA PRAIAS
ATINGIDAS
POR ÓLEO EM
IPOJUCA**

Pág. 8

Deputado Federal
Ricardo Teobaldo (PE)

**RENATA ABREU QUER ALTERAR
A CONSTITUIÇÃO E PERMITIR
CUMPRIMENTO DE PENA APÓS
SEGUNDA INSTÂNCIA**

Pág. 3

**MEDEIROS QUER
POLÍCIA FEDERAL
E PGR EM CASO
CELSO DANIEL**

Pág. 6

**DOAÇÃO DE ALIMENTOS:
PROJETO DE LEI APRESENTADO
POR LUCENA COMBATE O
DESPERDÍCIO**

Pág. 12





SUMÁRIO

- 3** Renata Abreu quer alterar a constituição e permitir cumprimento de pena após segunda instância
- 4** Missão Oficial do Presidente Bolsonaro à Ásia e Oriente Médio
- 5** Líder do Podemos cobra prioridade na votação da PEC que prevê prisão após condenação em segunda instância
- 6** Medeiros quer Polícia Federal e PGR em caso Celso Daniel
- 7** Bacelar defende piso salarial para professores de escolas particulares
- 8** Em Ipojuca, Ministro do Turismo e o deputado Ricardo Teobaldo visitam praias atingidas por óleo
- 10** Diego Garcia quer ampliar o programa de apadrinhamento de crianças e adolescentes em abrigos
- 12** Léo Moraes quer mais investimentos em Ciência e Tecnologia
- 13** Doação de alimentos: Projeto de Lei apresentado por Lucena combate o desperdício
- 14** Igor Timo trabalha pela revitalização do Rio Araçuaí



RENATA ABREU QUER ALTERAR A CONSTITUIÇÃO E PERMITIR CUMPRIMENTO DE PENA APÓS SEGUNDA INSTÂNCIA

“A EXECUÇÃO DA PENA APÓS CONDENÇÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA FOI UM PASSO MUITO IMPORTANTE. INFELIZMENTE, RETROCEDEMOS, E SÓ CONTINUARÃO ATRÁS DAS GRADES OS RÉUS QUE NÃO TÊM DINHEIRO PARA PAGAR BONS E CAROS ADVOGADOS.”

Presidente nacional do Podemos, a deputada Renata Abreu (SP) não disfarça seu desapontamento e sua preocupação com o entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) que, por 6 votos a 5, decidiu quinta-feira (7/10) que um condenado não pode ser preso após condenação na 2ª instância. “Ao derrubar a 2ª instância, fica aberto o caminho para a impunidade”, alerta a parlamentar.

A deputada ressalta que compete agora ao Congresso lutar pela estabilidade jurídica e mudar essa regra sobre o início da pena. “Respeito o veredito da maioria dos ministros do STF, mas foi uma derrota da Justiça igual pra todos. A maioria dos brasileiros defende a prisão após condenação em segunda instância. Em 1988, quando da promulgação de nossa Constituição, saíamos de um regime militar e prisões arbitrárias eram praticadas, daí a salvaguarda do trânsito em julgado. Hoje, isso está sendo garantia de impunidade. Se é desejo do povo, temos de mudar a Constituição.”

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o resultado do julgamento terá impacto na situação de 4,8 mil presos após condenação em segunda instância, entre eles vários condenados na Operação Lava Jato.

“A execução da pena após condenação em segunda instância foi um passo muito importante para o enfrentamento à corrupção e à criminalidade em geral. Infelizmente, retrocedemos, e só continuarão atrás das grades os réus que não têm dinheiro para pagar bons e caros advogados. Justiça para poucos não é Justiça para todos!”, lamentou a deputada.

Desde 2016, o Supremo julgou o caso por quatro vezes e, ao contrário de agora, manteve o entendimento sobre a decretação de prisão de condenados após julgamento em segunda instância.

Na segunda instância brasileira, estão os Tribunais de Justiça, na esfera estadual, e os Tribunais Regionais Federais, na federal. Nessas cortes os julgamentos são realizados por grupos de juízes. Os réus no Brasil ainda podem recorrer ao STJ e ao STF, mas as apelações a esses tribunais superiores não impedem o cumprimento das penas.

“A condenação em segunda instância evita a impunidade ou adiar o cumprimento das penas. Duvido que a sociedade brasileira considere normal um réu ficar em liberdade por 10 ou 20 anos graças a infundáveis recursos jurídicos em tribunais superiores com o único objetivo de continuar solto e ver seu processo ser prescrito”, critica Renata, que completa: “Ao derrubar a 2ª instância fica aberto o caminho para a impunidade. A utilização dos recursos tem servido para retardar o cumprimento da pena. A lei deve valer para todos.”

CONGRESSO

Duas propostas sobre o assunto tramitam no Congresso. Na Câmara, os deputados estão analisando a PEC 410/2018 e no Senado é a PEC 05/2019, do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) e que tem a senadora Juíza Selma (Podemos-MT) como relatora. “Senado e Câmara dos Deputados têm a responsabilidade de evitar que o Brasil se torne o paraíso da impunidade”, finaliza Renata Abreu.

MISSÃO OFICIAL DO PRESIDENTE BOLSONARO À ÁSIA E ORIENTE MÉDIO

“O PRESIDENTE BOLSONARO REALIZOU DIVERSOS ACORDOS COMERCIAIS E DIPLOMÁTICOS COM PAÍSES COMO CHINA E ARÁBIA SAUDITA. A CONFIANÇA NO BRASIL VOLTOU.”



A convite do presidente Jair Bolsonaro, o deputado federal e vice-líder do Governo no Congresso Nacional, Pastor Marco Feliciano (Podemos/SP), integrou a comitiva presidencial da viagem oficial à Ásia e Oriente Médio, realizada no final mês de outubro.

A viagem, que envolveu países como Japão, China, Abu Dhabi, Qatar e Arábia Saudita foi uma das principais agendas de interesse do governo para este ano, que gerou grande expectativa no mercado mundial, e teve como principal objetivo a busca de novos investimentos para o Brasil, bem como ampliar os negócios e recuperar a confiança de investidores na gestão atual.

Para o vice-líder Marco Feliciano, ninguém mais segura o Brasil. Em dez meses de governo, é comprovado que é possível avançar. “O que posso dizer é que fiquei maravilhado com o que vi. A agenda trouxe tremendo resultado e pude ver como o Brasil vem recuperando toda sua confiança perante o mercado internacional visto a grande crise que assolou a nação desde as últimas gestões. O presidente Bolsonaro realizou diversos acordos comerciais e diplomáticos com essas nações. A confiança no Brasil voltou”, destacou o parlamentar.

ACORDOS

Na Ásia, o governo realizou acordos na área de agricultura, infraestrutura, além de reforçar o Japão como o principal parceiro no Mercosul, e a participação

da China nos programas de concessão de vendas de estatais brasileiras. A China é a principal parceira comercial do Brasil. O governo vai ampliar de R\$ 550 bi para R\$ 1,2 tri sua exportação ao país chinês.

No Oriente Médio, o objetivo principal do governo brasileiro era convencer os governos dos países árabes a aumentar o investimento no Brasil. Feito. Há mais de 10 anos um chefe de Estado brasileiro não visitava os Emirados.

O destaque da viagem foi a notícia de que o Fundo Soberano da Arábia Saudita investirá UU\$ 10 bilhões no Brasil. O valor deve ir para os setores de infraestrutura, gás e óleo. Além disso, em Abu Dhabi e Catar, o governo assinou acordos de liberação de vistos, investimentos nas áreas de agricultura, defesa, e o programa de privatização e concessões, que, no total, podem chegar a R\$ 1,3 trilhões.

“O Governo quer, além de ampliar, diversificar, todo nosso ambiente de negócio, desenvolver sua potência como nação. Somos reconhecidos pela nossa Soberania e liberdade. Não há país que não queira conversar e fazer acordos com a nação brasileira. Afinal de contas, o Brasil está mudando, e mudando para melhor, ampliando os diálogos e alcançando novas fronteiras. De imediato vamos sentir e vibrar com os reflexos desses acordos, aguardem”, afirmou Marco Feliciano.

Líder do Podemos na Câmara, o deputado federal José Nelto (GO) defende a PEC que estabelece prisão após condenação em segunda instância como a principal prioridade do Parlamento até o final do ano. Para o parlamentar, a decisão da Suprema Corte não contribui em nada para o avanço no combate à corrupção.

“Com a decisão do STF, o Brasil passou a ser vergonha internacional. É visto como o país da impunidade. Foi uma verdadeira festa nos presídios brasileiros”, critica.

José Nelto lembra que a última palavra sobre o tema cabe ao Congresso Nacional. A Proposta de Emenda à Constituição que restabelece a prisão após condenação em segunda instância aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça.

“Ainda não morreu a última esperança. Está nas mãos do Congresso Nacional regar a justiça brasileira, ou será o caos, a baderna. Não podemos aceitar e permitir que ladrões, estupradores, pedófilos, criminosos, saiam às ruas debochando da cara do povo brasileiro. Esta Casa tem que ter a consciência e

a tranquilidade para votar uma PEC ou uma Lei Penal que regule a prisão em segunda instância, para dar resposta à sociedade”, aponta Nelto.

JULGAMENTO

Na quinta-feira (7), por 6 a 5, o Supremo Tribunal Federal revisou sua própria decisão de 2016 e declarou inconstitucional a execução provisória da pena, sem motivos legalmente justificados. Com a decisão, estima-se que cerca de 5 mil presos possam ser beneficiados.

LÍDER DO PODEMOS COBRA PRIORIDADE NA VOTAÇÃO DA PEC QUE PREVÊ PRISÃO APÓS CONDENAÇÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

“COM A DECISÃO DO STF, O BRASIL PASSOU A SER VERGONHA INTERNACIONAL. É VISTO COMO O PAÍS DA IMPUNIDADE. FOI UMA VERDADEIRA FESTA NOS PRESÍDIOS BRASILEIROS.”



O deputado federal por Mato Grosso, José Medeiros (Pode), oficiou o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, nos últimos dias, e o procurador-geral da República, Augusto Aras, sugerindo a federalização do caso Celso Daniel – ex-prefeito de Santo André, morto em 2002. Na justificativa de Medeiros, inclui-se a necessidade de presença da Polícia Federal na investigação diante do depoimento de Marcos Valério, operador do “mensalão do PT” e pessoa próxima aos membros da cúpula do partido, que tornou público possível envolvimento do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT), como mandante do crime.

De acordo com Medeiros, os sete cadáveres ligados a investigação da morte de Celso Daniel, que por si só já tornava o caso um dos mais tenebrosos da história da política nacional, somam-se agora à possibilidade de envolvimento de uma das figuras mais emblemáticas do país, nos últimos anos, em um enredo quase cinematográfico. Para o parlamentar, a fala de Valério, e a solidez que o contexto lhe dá, tirou o nome de Lula do universo da conspiração sobre o caso para incluir o líder petista como suspeito, criando uma necessidade de apuração profunda.

“O que disse Valério quanto a comprar o silêncio do empresário Ronan Maria Pinto, que queria entregar

Lula, encontra refúgio no depoimento do pecuarista José Carlos Bumalai, amigo do ex-presidente, que em 2015 disse à Lava Jato que contraiu empréstimo junto ao Banco Schahin e que R\$ 6 milhões teriam ido para o PT de Santo André pagar chantagistas. Nestor Cerveró também confirmou propina para calar bocas, ou seja, há uma convergência enorme que pode apontar para alguém que se utilizou da influência da Presidência da República para se esconder da responsabilização de um crime desta gravidade. É assunto para a Polícia Federal e para a Procuradoria Geral da União (PGR)”, pontuou Medeiros.

Medeiros reitera a urgência do reforço na investigação para que o crime não entre em uma agenda histórica de assassinatos “famosos” nunca solucionados. “Não podemos deixar uma barbaridade contra uma pessoa simplesmente virar uma lenda. A maior estrutura política do país pode ter sido usada para ocultar uma responsabilidade criminosa e isso, a meu ver, tira ainda mais o caso da esfera local, ou seja, de Santo André. O Ministério Público sustenta a tese de crime político e está cheio de elementos para isso. Muita gente que tinha esclarecimentos a dar já se foi, o Brasil não pode correr o risco de fechar esse caso e colocá-lo no arquivo como uma mancha de sua história. O tempo é o maior adversário”, comentou.

**MEDEIROS
QUER POLÍCIA
FEDERAL E
PGR EM CASO
CELSON DANIEL**

**“DEFENDO A
FEDERALIZAÇÃO
DO CASO CELSON
DANIEL - EX-
PREFEITO DE
SANTO ANDRÉ,
MORTO EM 2002.”**





“NÃO PODEMOS FAZER
DISTINÇÃO ENTRE
PROFISSIONAIS QUE
TRABALHAM NO SERVIÇO
PÚBLICO OU EM INSTITUIÇÕES
PARTICULARES. IMPORTA
QUE SÃO PROFISSIONAIS DO
MESMO OFÍCIO, DE IGUAL E
GRANDE RELEVÂNCIA.”

BACELAR DEFENDE PISO SALARIAL PARA PROFESSORES DE ESCOLAS PARTICULARES

A Comissão de Educação aprovou o relatório do deputado Bacelar (Podemos/BA) que determina a fixação de piso salarial para os docentes de escolas particulares. Pelo texto (PL 5223/13), as instituições serão obrigadas a pagar, no mínimo, R\$ 2.557,74 por 40 horas semanais, para os professores do ensino básico, com formação em nível médio na modalidade normal.

O parlamentar baiano explica que a Lei nacional do piso salarial só é aplicada aos professores de escolas públicas estaduais e municipais de educação básica e que o objetivo é acabar com as desigualdades existentes entre as categorias. “Não podemos fazer distinção entre profissionais que trabalham no serviço público ou em instituições particulares. Importa que são profissionais do mesmo ofício, de igual e grande relevância, lidando com a mesma complexidade de trabalho, com idênticas atividades e idêntico regime temporal e também com os mesmos desafios. Não seria justo com os professores da rede particular” enfatizou.



EM IPOJUCA, MINISTRO DO TURISMO E O DEPUTADO RICARDO TEOBALDO VISITAM PRAIAS ATINGIDAS POR ÓLEO

O Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, esteve nessa sexta-feira (25), juntamente com o deputado federal Ricardo Teobaldo (Podemos), visitando a praia de Muro Alto, em Ipojuca, no litoral sul do estado. Durante o encontro, o ministro ressaltou os esforços em conjunto dos poderes e o papel da bancada federal nessas ações. Além da prefeita de Ipojuca, Célia Sales, acompanharam a visita o deputado federal Silvio Costa Filho, o Secretário Estadual de Turismo, Rodrigo Novaes, e representantes do trade turístico.

O deputado Ricardo Teobaldo destacou a importância dessa ação conjunta. “É importante agradecermos o ministro que prontamente abriu sua agenda para vir a Pernambuco e acompanhar pessoalmente o problema que estamos vivendo. Essa é uma ação que não cabe política. É a hora de juntarmos, de unirmos os governos. Essa é uma ação em defesa da população, do meio ambiente e, principalmente, daqueles que têm em nosso litoral o seu emprego e sua renda”, ressaltou.

Já o ministro Marcelo Álvaro Antônio ressaltou a importância da vocação turística da região. “O deputado Ricardo Teobaldo esteve com a gente em Brasília, juntamente com o trade turístico, destacando a necessidade de acompanharmos pessoalmente essa realidade. A região aqui está completamente apta à frequência de turistas, por isso é importante o Brasil saber disso. Encontramos uma ação rápida e efetiva dos governos e uma situação de completa normalidade”, destacou.



“É IMPORTANTE AGRADECERMOS O MINISTRO DO TURISMO QUE PRONTAMENTE ABRIU SUA AGENDA PARA VIR A PERNAMBUCO E ACOMPANHAR PESSOALMENTE O PROBLEMA QUE ESTAMOS VIVENDO COM O VAZAMENTO DE ÓLEO QUE ATINGE PRAIAS DO ESTADO.”

A photograph of Diego Garcia, a man with dark hair, wearing a dark blue suit, a light blue striped shirt, and a dark blue patterned tie. He is smiling and looking towards the right. He is seated at a table with a glass of water in front of him. The background is slightly blurred, showing what appears to be a legislative or official setting.

DIEGO GARCIA QUER AMPLIAR O PROGRAMA DE APADRINHAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ABRIGOS

“A PROPOSTA DETERMINA QUE PODERÃO SER PADRINHOS OU MADRINHAS PESSOAS MAIORES DE 18 ANOS, INSCRITAS OU NÃO NOS CADASTROS DE ADOÇÃO, 16 ANOS MAIS VELHAS QUE O APADRINHADO, DESDE QUE CUMPRAM OS REQUISITOS EXIGIDOS PELO PROGRAMA DE APADRINHAMENTO DE QUE FAZEM PARTE.”

O PL 9987/2018 PERMITE QUE PESSOAS TAMBÉM INSCRITAS NOS CADASTROS DE ADOÇÃO POSSAM SER PADRINHOS E MADRINHAS

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou, no dia 6 de novembro, o projeto de lei 9987/2018, de autoria do deputado federal Diego Garcia (Podemos-PR), para ampliar o programa de apadrinhamento de crianças e adolescentes em abrigos. A proposta determina que poderão ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 anos, inscritas ou não nos cadastros de adoção, 16 anos mais velhas que o apadrinhado, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.

Atualmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) permite apenas a pessoas não inscritas nos cadastros de adoção se tornarem padrinhos ou madrinhas dessas crianças. No entanto, Diego Garcia afirma que o atual texto em vigor não atende ao melhor interesse dos envolvidos. “A não participação de pessoa habilitada como pretendente em programas de apadrinhamento afetivo não traz nada de positivo

às crianças e aos adolescentes, pois é retirada a possibilidade de que a criança ou o adolescente encontrem nos programas de apadrinhamento uma família que poderá adotá-los. Assim, justamente por considerar que o programa de apadrinhamento pode ser um caminho para a adoção, apresentei o projeto para, ampliar as condições dessas crianças serem adotadas”, destaca.

Outra modificação feita no ECA foi a inclusão de novo critério para o apadrinhamento: o padrinho ou a madrinha devem ser, pelo menos, dezesseis anos mais velhos que a criança ou adolescente apadrinhado. “Assim, nos casos em que surja o desejo de adotar durante os programas de acolhimento, poderão ser evitadas situações em que a diferença de idade seja um obstáculo. Consequentemente, serão evitadas também mais frustrações para o apadrinhado que sempre tem a expectativa de encontrar uma nova família”.

Agora, a proposta segue para Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Em seguida, será enviada ao Senado Federal para apreciação.

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2020/19, de autoria do deputado federal Léo Moraes (PODE-RO), que prevê a aplicação de pelo menos 50% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em instituições de pesquisa das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O texto altera o Decreto-Lei 719/69, que criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. De acordo com o parágrafo único do Art. 3º-B do referido decreto, atualmente, são destinados apenas 30% dos recursos. Para Léo Moraes, a ampliação é necessária para melhorar os indicadores sociais das três regiões, que concentram 74% dos estados brasileiros.

“Em tempos de congelamentos e cortes de bolsas para pesquisadores, sabemos das dificuldades enfrentadas pelo setor de ciência e tecnologia no país e da importância dos pesquisadores para o desenvolvimento industrial. O desenvolvimento da ciência e tecnologia de um país é fruto do investimento em pesquisas”, afirmou o parlamentar.

REVALIDA DUAS VEZES POR ANO

O deputado federal Léo Moraes (Podemos/RO) esteve em Ciudad Del Este, no Paraguai, onde conversou com centenas de médicos brasileiros que aguardavam a aprovação do projeto 4067/2015, que obriga a realização do Revalida duas vezes ao ano. A proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados apensada ao projeto 6075/2019, de autoria do Dep. Léo Moraes, e agora segue para apreciação pelo Senado Federal.

O Exame Nacional de Revalidação de Diplomas (Revalida) é uma prova criada pelos ministérios da Educação e da Saúde para simplificar o processo de reconhecimento de diplomas de medicina emitidos por instituições de ensino estrangeiras. Para o deputado, a população brasileira é quem ganha com a homologação legal de mais médicos brasileiros formados no exterior.

“São brasileiros que foram estudar fora, muitas vezes por falta de condições financeiras e que precisam ter a oportunidade de ser avaliados por uma prova séria e serem inseridos de forma legal no mercado de trabalho brasileiro”, afirmou o parlamentar.



LÉO MORAES QUER MAIS INVESTIMENTOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

“TRABALHO PELA APROVAÇÃO DO MEU PROJETO QUE PREVÊ A APLICAÇÃO DE PELO MENOS 50% DOS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM INSTITUIÇÕES DE PESQUISA DAS REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE.”

DOAÇÃO DE ALIMENTOS: PROJETO DE LEI APRESENTADO POR LUCENA COMBATE O DESPERDÍCIO

“MINHA PROPOSTA INCENTIVA O EMPRESARIADO A DOAR ALIMENTOS COM PRAZO DE VALIDADE PRÓXIMO, DESDE QUE ESTEJAM PRÓPRIOS PARA CONSUMO.”

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), cerca de 800 milhões de pessoas passam fome em todo o planeta. Dados do mesmo órgão afirmam, ainda, que cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos produzidos, por ano, no mundo, são desperdiçados. Principal meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, compromisso da Cúpula do Milênio das Nações Unidas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos até o ano de 2030, o combate à fome esbarra em diversos obstáculos, entre eles o desperdício de alimentos.

Pensando em mudar esse cenário, pelo menos no Brasil, onde a fome afeta, atualmente, cerca de cinco milhões de pessoas, o deputado federal Roberto de Lucena apresentou o Projeto de Lei, 211/19, que incentiva o empresariado a doar alimentos com prazo de validade próximo, desde que estejam próprios para consumo.

De acordo com o PL, alimentos in natura, industrializados ou preparados e servidos, acondicionados ou embalados de forma adequada, poderão ser doados para instituições de assistência social.



Além de estabelecer um mecanismo de doação das sobras de comida, o projeto prevê que o doador dos alimentos deverá respeitar as exigências legais relacionadas ao controle sanitário.

Lucena afirma estar animado com a tramitação da proposta, que foi aprovada pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Para ele, “a medida é importante, mas não estamos falando de uma ‘solução mágica’. Na verdade, estamos abrindo margem para que o poder público e os estabelecimentos caminhem em direção a uma política de solidariedade complementar às demais que visam combater a fome no País”, explica. O parlamentar diz, ainda, que é necessário ampliar o debate acerca da fome e do desperdício de alimentos, não apenas no Brasil, mas no mundo todo. “Todas as medidas que promovam educação, conscientização, cidadania e solidariedade são importantes para que possamos criar uma ação global de combate

ao desperdício de alimentos e avançar para um consumo mais sustentável”.

MAPA DA FOME

Ainda de acordo com a FAO, 25% de tudo o que é jogado fora já seria suficiente para erradicar a fome no mundo. Na América Latina e no Caribe, por exemplo, apenas com os alimentos que se perdem em supermercados, feiras livres e demais pontos de venda, seria possível alimentar mais de 30 milhões de pessoas, o que representa 64% dos que sofrem com a fome na região.

No caso do Brasil, os alimentos desperdiçados poderiam satisfazer as necessidades nutricionais de cerca de 11 milhões de pessoas.

TRAMITAÇÃO

O projeto será analisado agora pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, seguirá para o Plenário.



A Câmara Municipal de Araçuaí realizou, no dia 25 de outubro, o Primeiro Encontro do Marco Regulatório do Saneamento Básico e Revitalização do Rio Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. A reunião contou com lideranças políticas, instituições governamentais, concessionárias e organizações da sociedade civil para tratar e acordar ações em favor do projeto. O deputado Igor Timo (Podemos/MG) participou dos debates e lembrou que o Araçuaí é responsável pela prática das principais atividades econômicas da região, como a agropecuária e a pesca, além do abastecimento de toda a população da cidade.

O parlamentar alerta que há pelo menos dois anos o rio sofre com o alto nível de degradação por meio do lançamento de esgoto, desmatamento das matas ciliares, extração de areia e pelo lixo jogado em diversos trechos do Araçuaí.

“O Vale do Jequitinhonha inteiro está se mobilizando em favor do rio Araçuaí. As carências do Vale são muitas, mas a mais importante é a água. Sem ela não há vida. Temos de nos despir das vaidades políticas, mas precisamos olhar para trás para ver o que foi feito e o que não foi feito”. Assinala o deputado federal Igor Timo que pede a realização de outros encontros para aprofundar o debate sobre o tema.

O rio Araçuaí possui extensão de 250 km, nasce na Serra do Gavião em Diamantina, no Alto Vale do Jequitinhonha. Passa por 19 municípios e abastece 23 deles, atendendo cerca de 500 mil pessoas na região, que dependem das águas do Araçuaí para sobreviver.

IGOR TIMO TRABALHA PELA REVITALIZAÇÃO DO RIO ARAÇUAÍ

“O RIO ARAÇUAÍ É RESPONSÁVEL PELA PRÁTICA DE IMPORTANTES ATIVIDADES ECONÔMICAS COMO A AGROPECUÁRIA E A PESCA, ALÉM DO ABASTECIMENTO DE TODA A POPULAÇÃO DA CIDADE.”

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
deputado federal José Nelto (GO)

Presidente Nacional do Podemos: deputada federal Renata Abreu

Chefe de Gabinete: Fábio de Souza Oliveira

Direção Geral: Fernando Vieira

Jornalista Responsável: Alisson Esteves

Revisão Geral: Gabrielle Fernandes

Colaboradores: Danielle Soares, Danilio Oliveira, Flávio Leite, Hevandro Soares, Lola Nicolás, Mariana Torres, Marília Jardim, Izadora Resende, Maura Mosquera, Tábita Marinho, Bruno Borges, Samuel Sudré, Saulo Rolim, Thiago Bastos, Robert Alves.

Projeto gráfico: IV5 Inteligência em Comunicação e Marketing



JUNTOS PODEMOS

f /podemos19

👉 www.podemos.org.br

 **podemos**
CÂMARA